



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.4, jun./nov.2008



ESCOLHA E RECONHECIMENTO ÉTICO: UMA LEITURA DE *A MÃO E A LUYA*, DE MACHADO DE ASSIS

Acácio Luiz Santos
(Doutor — UFF/Niterói-RJ)

RESUMO

Este artigo investiga a representação ética dos personagens centrais de *A mão e a luva*, segundo romance de Machado de Assis, com ênfase na oposição estabelecida pelas distintas éticas. Ele aponta, assim, a relevância de um estudo interdisciplinar do eto discursivo e dos modos e aspectos da narrativa.

PALAVRAS-CHAVE

Machado de Assis; *A mão e a luva*; representação ética; discurso ficcional.

ABSTRACT

This article investigates the ethic representation of the main characters in Machado de Assis's second novel, *A mão e a luva*, emphasizing the opposition established by different ethic patterns. Thus, it suggests the relevance of an interdisciplinary study focused in the discursive ethos and modes and aspects of the narrative.

KEYWORDS

Machado de Assis; *A mão e a luva*; ethic representation; fictional discourse.

Introdução

Minha proposta neste trabalho é promover uma leitura das visões éticas representadas em *A mão e a luva*, segundo romance de Machado de Assis, publicado em livro originalmente em 1874, com destaque para as valorações decorrentes da oposição de éticas distintas representadas pelos principais personagens envolvidos no tópico central da narrativa, a saber: qual dos três pretendentes acabará casando-se com a protagonista. Para levar esta tarefa a cabo, enuncio, antes de mais nada, algumas definições preliminares. Assim, por “ética”, compreendo seu sentido geral, de “ciência da conduta”; no sentido particular, compreendo a concepção “que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem” (ABBAGNANO, 2000a, p. 380). Na narrativa, o agir bem será não raro legitimado pelo eto (ou *ethos*) discursivo de cada personagem. Quanto a este termo, ele engloba vários princípios: ele é “uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior a sua fala” (MAINGUENEAU, 2008, p. 17); ele também é “fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro” (Ibidem); enfim, ele é “uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (Ibidem). Os etos discursivos próprios dos personagens da narrativa estabelecem, ao legitimar sua ética, valores que “formam uma rede de relações estruturais, nas quais não os conceitos semânticos em si, mas somente as diferenças ou oposições entre eles são relevantes semioticamente” (NÖTH, 2005, p. 33). Este valor é, por sua vez, um signo na narrativa, devido à sua natureza ética, cujo fim é um *bem* (eixo paradigmático) viabilizado por uma *conduta* para obtê-lo (eixo sintagmático).

Por outro lado, o eto é viabilizado narrativamente a partir das racionalidades e dimensões do discurso: ação, paixão e cognição; essas três lógicas do discurso surgem, por sua vez, como três formas “do *devenir*: (1) a *transformação* sujeita a um programa de ação; (2) o *acontecimento* que afeta passionalmente a posição da instância de discurso; e (3) a *apreensão* e a *descoberta* da mudança, consideradas como fonte de conhecimento” (FONTANILLE, 2007, p. 189).

Neste ponto, cumpre mencionar a observação de Lúcia Miguel Pereira, que vê em Guiomar, como em outras personagens femininas do autor, um tipo feminino disposto a “discutir os direitos da ambição, lutar contra a hierarquia social” (PEREIRA, 1949, p. 117). Isso está de acordo com o que afirma Barreto Filho sobre a cautela de Machado e sua atuação no campo das idéias: “Não lhe interessava, propriamente, a polêmica como tal, mas sempre que se fazia necessária a afirmação das idéias, ele aceitava os seus ônus com firmeza, perseguindo até o fim seu objetivo” (BARRETO FILHO, 1947, p. 69). Essas passagens dão mostras da preocupação ética fundamental do escritor. Estabelecidas tais definições, passo agora à leitura proposta de *A mão e a luva*.

Leitura das éticas representadas em *A mão e a luva*

O primeiro capítulo de *A mão e a luva* apresenta dois personagens: os estudantes de Direito, Estêvão e Luís Alves, que são assim descritos:

Conheceram-se na academia, e ficaram amigos íntimos, tanto quanto podiam sê-lo dous espíritos diferentes, ou talvez por isso mesmo que o eram. Estêvão, dotado de extrema sensibilidade, e não menor fraqueza de ânimo, afetuoso e bom, não daquela bondade varonil, que é apanágio de uma alma forte, mas dessa outra bondade mole e de cera, que vai à mercê de todas as circunstâncias, tinha, além de tudo isso, o infortúnio de trazer ainda sobre o nariz os óculos cor-de-rosa de suas virginais ilusões. Luís Alves via bem com os olhos da cara. Não era mau rapaz, mas tinha o seu grão de egoísmo, e se não era incapaz de afeições, sabia regê-las, moderá-las, e sobretudo guiá-las ao seu próprio interesse. Entre estes dous homens travara-se amizade íntima, nascida para um na simpatia, para outro no costume. Eram eles os naturais confidentes um do outro, com a diferença que Luís Alves dava

menos do que recebia, e, ainda assim, nem tudo o que dava exprimia grande confiança (ASSIS, 1967, p. 179).

Embora ambos rejam sua conduta interpessoal pautados pelo reconhecimento e aceitação do outro, índice de uma ética positiva, eles diferenciam-se radicalmente quanto aos modos éticos. Estêvão, desde a primeira descrição viabilizada pelo narrador onisciente, é marcado pelo caráter frouxo e comodista (“mole e de cera”), que procura apenas adaptar-se às circunstâncias sem assumir riscos, em consonância com seu idealismo de evasão; por sua vez, Luís Alves é marcado pela audácia e determinação não só de atuar sobre as circunstâncias, mas de moldá-las a seus objetivos (“guiá-las ao seu próprio interesse”). À ética passiva de Estêvão, opõe-se, assim, a ética ativa de Luís Alves, o que sugere, desde a abertura da narrativa, uma maior capacidade do segundo em lidar com o grande mistério da objetividade, a finitude, enquanto o primeiro orienta-se para a fuga do risco. Esta sugestão é confirmada no capítulo seguinte, em que o narrador onisciente descreve as aptidões políticas de Estêvão:

Suas aspirações políticas deviam naturalmente morrer em gérmen, não só porque lhe minguava o apoio necessário para as arvorecer e frutificar, mas ainda porque ele não tinha em si a força indispensável a todo o homem que põe a mira acima do estado em que nasceu. Eram aspirações vagas, interminentes, vaporosas, umas visões legislativas e ministeriais, que tão depressa lhe namoravam a imaginação, como logo se esvaneciam, ao resvalar dos primeiros olhos bonitos, que esses, sim, amava-os ele deveras. Opiniões, não as tinha; alguns escritos que publicara durante a quadra acadêmica eram um complexo de doutrinas de toda a casta, que lhe flutuavam no espírito, sem se fixarem nunca, indo e vindo, alçando-se ou descendo, conforme a recente leitura ou a atual disposição de espírito (ASSIS, 1967, p. 186).

O trecho acima permite entrever, indiretamente, o eto discursivo de Estêvão. Sua frouxidão é mais uma vez reforçada aqui, agora para marcar sua inaptidão para superar os desafios da finitude, como a contingência da condição social inferior, pois lhe falta “a força necessária” para firmar sua conduta e afirmar sua ética. Sem poder (a)firmar-se eticamente diante do mundo

objetivo, ele se refugia em fragilidades de emergência, como devaneios e paixões fugazes. Às racionalidades falhadas de seu discurso (ação, paixão), acrescenta-se a da cognição: seu discurso ideológico possui todos os vícios do ecletismo, que faz o *logos* filosófico degenerar em mero palpite ou comentário mal embasado, conforme as informes disposições volúveis do espírito. Destarte, à frouxidão de sua ação e à incoseqüência de suas paixões, acrescenta-se a trivialidade de suas idéias. Sem ser um caráter mau, Estêvão representa, pois, na narrativa, um desses tipos medíocres, inertes e comodistas, que povoam a galeria ficcional machadiana. Outro exemplar dessa espécie, porém de diferente feitura, aparece com o rival de Estêvão pelo amor da jovem e bela Guiomar, o pernóstico e inoperante Jorge, cujo perfil é, também, numa interessante simetria narrativa, veiculado pelo narrador onisciente:

As palavras saíam-lhe lentas e contadas, como a fazer sentir toda a munificência do autor. Não as proferia como as demais pessoas; cada sílaba era por assim dizer espremida, sendo fácil ver ao cabo de alguns minutos, que ele fazia consistir toda a beleza da elocução nesse alongar do vocábulo. As idéias orçavam pelo modo de as exprimir; eram chochas por dentro, mas traziam uma côdea de gravidade pesadona, que dava vontade de ir espairecer o ouvido em coisas leves e folgazãs.

Tais eram os defeitos aparentes de Jorge. Outros havia, e desses, o maior era um pecado mortal, o sétimo. O nome que lhe deixara o pai, e a influência da tia podiam servir-lhe nas mãos para fazer carreira em alguma cousa pública; ele, porém, preferia vegetar à toa, vivendo do pecúlio que dos pais herdara e das esperanças que tinha na afeição da baronesa. Não se lhe conhecia outra ocupação.

Não obstante os defeitos apontados, havia nele qualidades boas; sabia dedicar-se, era generoso, incapaz de malfazer, e tinha sincero amor à velha parenta. A baronesa, pela sua parte, queria-lhe muito. Guiomar e ele eram as suas duas afeições principais, quase exclusivas (ASSIS, 1967, p. 216).

O eto discursivo de Jorge, trazido indiretamente pelo narrador onisciente, revela, assim como o de Estêvão, uma racionalidade falhada quanto à cognição: Jorge faz repousar o peso de suas palavras em uma supersaturação melodramática da elocução, substituindo a exposição coerente de idéias por

uma declamação altissonante, porém oca. Quanto à conduta, Jorge é marcado pelo comodismo, apoiado numa condição confortável que não deriva de nenhum ato de vontade seu, mas de simples herança; além disso, embora dispondo de condições sociais favoráveis à carreira política, prefere “vegetar à toa”, renegando a ação também na esfera pública. Assim como Estêvão, Jorge, sem ter um caráter mau, não se esforça por atualizar-se como ser *bom*. Ainda como Estêvão, as racionalidades do discurso de Jorge são triplamente falhadas: ao fracasso da cognição e da ação, soma-se o da paixão, experimentada como cálculo, proveniente das “esperanças que tinha na afeição da baronesa”, leia-se: casar-se com a única herdeira desta, sua afilhada Guiomar. A conduta de Jorge afirma destarte uma ética passiva, de fruição presente de um conforto gratuito (herança do pai) e de esperança futura em ampliar comodamente este conforto (dote e herança de Guiomar).

São estes portadores de uma ética passiva triplamente falhada que irão fazer a corte a Guiomar, para enfado e irritação da jovem. Mais uma vez o narrador onisciente, instância modalizadora fundamental desta narrativa, viabiliza um eto, agora o da própria jovem. Esta provém de uma condição bem humilde e vem a adquirir instrução e maneiras graças à madrinha, a baronesa. Porém, ao contrário de seus dois pretendentes, sua escolha ética é afirmativa:

A moça refletia também na posição especial que tinha naquela casa o sobrinho da baronesa; via-se obrigada à presença dele, e talvez à luta, porque o pretendente não recuaria do primeiro golpe. Não havia tais receios da parte de Estêvão; ela reconhecia que a paixão deste era ardente e profunda, e por isso mais capaz de desatinos; mas comparava as índoles dos dois homens, e se ambos lhe pareciam de fraca compleição moral, nem por isso desconhecava que ao bacharel faltava certa presunção que distinguia o outro, e com a qual teria talvez de pelejar.

[...]

Guiomar refletiu ainda muito e muito, e não refletiu só, devaneou também, soltando o pano todo a essa veleira escuna da imaginação, em que todos navegamos alguma vez na vida, quando nos cansa a terra firme e dura, e chama-nos o mar vasto e sem praias. A imaginação dela porém não era doentia, nem romântica, nem piegas, nem lhe dava para ir colher flores em regiões selváticas ou adormecer à beira de lagos azuis.

Nada disso era nem fazia; e por mais longe que velejasse levaria entranhadas na alma as lembranças da terra (ASSIS, 1967, p. 233).

A personagem analisa, portanto, suas condições de evitar e cortar o assédio dos dois pretendentes de “fraca compleição moral”, comparando, com acuidade, os dois caracteres e avaliando seus pontos fortes e fracos para melhor lutar contra eles. Embora de origem humilde, como foi observado mais acima, Guiomar afirma uma ética ativa, com o objetivo de alçar-se além de sua condição presente e de vencer a finitude com que se defronta. Seu caráter forte depreende-se também do segundo parágrafo citado; Guiomar emprega a imaginação com realismo, se se pode dizê-lo assim: essa faculdade lhe serve antes para auxiliar a redimensionar sua reflexão e melhor deliberar o meio mais eficaz de realizar-se. Vértice de um triângulo falhado, enfadada com dois pretendentes que não se encontram eticamente à sua altura, o “tópico” Guiomar vem infalivelmente lembrar, na narrativa, um tópico anterior, relevante, pois se encontrava já na abertura desta, porém, propositalmente abandonado na primeira metade do relato: falo, é claro, de Luís Alves. Significativamente, ele retorna num capítulo central (XI), que inaugura a segunda metade do texto e é intitulado “Luís Alves”; na lógica narrativa, a primeira metade havia aproximado personagens (e éticas) inconciliáveis; na segunda, reaparece o único personagem capaz de responder à grande questão colocada: quem irá ficar com Guiomar. Novamente alçado em primeiro plano, graças ao narrador onisciente o leitor compreende agora que Luís Alves é, na lógica narrativa representada, o complemento amoroso ideal para a jovem, devido à identidade ética dos dois. Falta apenas uma condição fundamental para atender a sua união na narrativa: o reconhecimento mútuo desta identidade ética. Será este reconhecimento de Guiomar por Luís Alves o sentido fundamental do capítulo XI. Ocupado no escritório com a leitura de vários autos, e preocupado com o lançamento de sua carreira política, Luís Alves é procurado por um Estêvão arrasado moralmente com a notícia de que a amada pretendia ir morar por um tempo na roça:

Luís Alves admirou-se de o ver; não foi com um espanto de seis dias, como deveria ser, mas de quarenta e oito horas, quando muito. Que admira? A preocupação de Luís Alves por aqueles dias era a candidatura eleitoral; a boa-nova devia chegar-lhe na primeira mala do Norte. Ora, em boa razão, um homem que está prestes a ser inscrito nas tábuas do parlamento, não pode cogitar muito dos amores de um rapaz, ainda que o rapaz seja amigo e os amores verdadeiros.

[...]

Luís Alves ficou só daí a alguns minutos. [...] Mas em que pensava ele, se não era em Estêvão, nem nos autos, nem também, por agora, nas suas esperanças eleitorais? Paciência, leitor; sabê-lo-ás daqui a nada. Contenta-te com a notícia de que, ao cabo de vinte minutos daquela abstração, Luís Alves voltou a si, proferindo em alta voz esta simples palavra:

— Não há dúvida; é uma ambiciosa.

E descativado daquela preocupação, enterrou-se de todo na leitura dos autos (ASSIS, 1967, p. 244-5).

No primeiro trecho acima, do reencontro dos dois amigos, destaca-se o humor do narrador onisciente, que implicitamente reforça algumas informações dadas na abertura da narrativa: a ambição de Luís Alves, ao contrário da lassidão de Estêvão, e a futilidade sabida dos “amores de um rapaz”. O segundo trecho, após a conversa com Estêvão, em que este reatualiza notícias de Guiomar, revela um Luís Alves sozinho, a meditar sobre a jovem. O qualificador que ele pronuncia (“ambiciosa”) denota menos censura que admiração. É notável também o emprego seletivo de onisciência pelo narrador. Na economia narrativa, ele salienta a indagação “em que pensava ele?”, eliminando todas as alternativas mais prováveis; promete que irá esclarecer o leitor mais tarde, enfatizando o suspense; finalmente, passa a palavra a Luís Alves, que pronuncia uma sentença predicativa (“é uma ambiciosa”) sem referir-se ao sujeito desta, exceto ao gênero (feminino). Mesmo sem citar explicitamente, a lógica narrativa só admite uma resposta à indagação colocada: Guiomar. Os recursos retóricos valorizam particularmente esta informação, devido ao contraste da instância viabilizadora do relato, que sempre exhibe ostensivamente sua onisciência e agora sonega uma simples informação que poderia ser dada num único nome próprio. O efeito retórico é bem claro e significativo: Luís Alves, sabidamente ambicioso, com várias tarefas

e ocupações urgentes a cuidar, gastou vinte minutos (logo ele, tão prático) pensando numa moça. Claro que não é simples devaneio: ele está, no mínimo, muito interessado pela jovem, agora que reconhece que eles têm um traço fundamental em comum, a ambição.

À noite, indo à casa da baronesa, Luís Alves tem ocasião de observar Guiomar com olhos que “não eram de cobiça nem de vaidade” (p. 250), conforme descreve o narrador onisciente. Logo a seguir, este especula as razões do olhar de Luís Alves: “amor um pouco sossegado, não louco e cego como o de Estêvão, não pueril e lascivo, como o de Jorge, um meio-termo entre um e outro, — como podia havê-lo no coração de um ambicioso” (p. 250). O narrador legitima, assim, o eto discursivo de Luís Alves como um eto equilibrado, meio-termo ativo entre duas formas distintas de passividade ética representadas por Estêvão e Jorge. Luís Alves inaugura uma campanha de conquista de Guiomar, dizendo-lhe a sós: “não lhe faça esse exílio esquecer o que solenemente lhe digo neste momento: que a senhora tem uma alma grande e nobre, e que eu a admiro!” (p. 254), — palavras deliberadas que exercem grande impacto sobre a jovem:

As últimas palavras de Luís Alves eram singularmente dispostas para deixar sulco profundo na memória da moça. Não era uma declaração de amor, nem uma cortesia de sala, cousas todas que ela ouvira muita vez, que podiam lisonjeá-la, e decerto a lisonjeavam; era mais que um cumprimento e não chegava a ser uma declaração. Comoção, não a havia na voz do advogado; firmeza, sim, e um ar de convicção profunda. Guiomar olhou para ele quase sem dar pela presença de Jorge; mas Luís Alves voltara-se para o recém-chegado e falava-lhe em tom jovial, bem diferente daquele que empregara pouco antes.

Se esse contraste era premeditado, — não sei se o era, — não podia vir mais de feição ao espírito de Guiomar. De quantos homens a moça tratara até ali, era o primeiro que lhe inspirara curiosidade, e também, naquela ocasião, a primeira pessoa que se compadecia dela. Veja o leitor: — curiosidade e gratidão; — veja se há duas asas mais próprias para arrojarem uma alma no seio de outra alma, — ou de um abismo, que é às vezes a mesma coisa (ASSIS, 1967, p. 254).

Como descreve o narrador onisciente, a fala de Luís Alves comunica um eto que impressiona Guiomar. Sem se caracterizar pelo assédio, nem pela troca, ele apenas insiste na lembrança de uma opinião positiva sua sobre o próprio caráter da moça. O tom firme com que tal mensagem é enunciada por Luís Alves reforça a convicção das palavras ditas sem expectativa de nada em troca. A casualidade com que ele se volta para Jorge e muda de tom, agora deliberadamente frívolo, assinala o peso diferente, específico, da declaração anterior. Para os outros, Luís Alves entabula apenas um discurso de conveniência; para ela, uma apreciação apreciativa e gratuita, codificada pela jovem, graças à emissão distinta, como sincera, não convencional. Destarte, o eto discursivo transmitido por Luís Alves denota franqueza e firmeza desinteressada, despertando em Guiomar "curiosidade e gratidão". A ética ativa de Luís Alves visa a obter um efeito específico da parte de sua destinatária, sem no entanto pressioná-la e sem procurar despertar-lhe outro interesse que não em sua (a dele) pessoa, no que ele é bem sucedido. Doravante, Guiomar pesará os dois pretendentes declarados com resultados negativos para ambos:

Dos dous homens que lhe queriam, nenhum lhe falava à alma; ela sentia que Estêvão pertencia à falange dos tíbios, Jorge à tribo dos incapazes, duas classes de homens que não tinham com ela nenhuma afinidade eletiva. Não igualava, decerto, os dous pretendentes; um era simplesmente trivial, outro sentimental apenas; mas nenhum deles capaz de criar por si só o seu destino. Se os não igualava, também os não via com os mesmos olhos; Jorge causava-lhe tédio, era um Diógenes de espécie nova; através da capa rota da sua importância, via-se-lhe palpitar a triste vulgaridade. Estêvão inspirava-lhe mais algum respeito; era uma alma ardente e frouxa, nascida para desejar, não para vencer, uma espécie de condor, capaz de fitar o sol, mas sem asas para voar até lá. O sentimento de Guiomar em relação a Estêvão não podia nunca chegar ao amor; tinha muito de superioridade e perdão (ASSIS, 1967, p. 256-7).

A comparação permitirá a Guiomar definir as éticas sob um juízo de valor, reconhecendo, apesar de suas diferenças, um princípio essencial a ambos, cuja exata expressão é sintetizada no exato meio do parágrafo: "mas nenhum deles capaz de criar por si só o seu destino", reconhecimento da ética

passiva, embora diversa, de ambos. Os qualificadores dos pretendentes, “tíbio”, “incapaz”, “tédio”, “pena”, dispõem agora o exato campo semântico oposto ao despertado nela por Luís Alves — curiosidade e gratidão. Sem ainda ousar nomeá-lo, a jovem passa agora a cogitar seu perfil ideal de pretendente:

Mas a natureza e a sociedade deram-se as mãos para a desviar dos gozos puramente íntimos. Pedia amor, mas não o quisera fruir na vida obscura; a maior das felicidades da terra seria para ela o máximo dos infortúnios, se lha pusessem num ermo. Criança, iam-lhe os olhos com as sedas e as jóias das mulheres que via na chácara contígua ao pobre quintal de sua mãe; moça, iam-lhe do mesmo modo com o espetáculo brilhante das grandezas sociais. Ela queria um homem que, ao pé de um coração juvenil e capaz de amar, sentisse dentro em si a força bastante para subi-la aonde a vissem todos os olhos. Voluntariamente, só uma vez aceitara a obscuridade e a mediania; foi quando se propôs a seguir o ofício de ensinar; mas é preciso dizer que ela contava com a ternura da baronesa (ASSIS, 1967, p. 257).

A personagem anseia destarte por realização das três racionalidades, ação, paixão e cognição. Quer amar, mas quer realizar suas ambições, e sabe disto. A conclusão da jovem é taxativa: ela quer um homem amoroso e, sobretudo, forte, imagem em negativo do retrato que lhe apresenta Estêvão ou Jorge. Quando Luís Alves, logo após ver confirmada sua indicação política, declara-se a ela, todas essas qualificações a que Guiomar aspira têm seu significado esclarecido:

Guiomar amava deveras. Mas até que ponto era involuntário aquele sentimento? Era-o até o ponto de lhe não desbotar à nossa heroína a castidade do coração, de lhe não diminuirmos a força de suas faculdades afetivas. Até aí só; daí por diante entrava a fria eleição do espírito. Eu não a quero dar como uma alma que a paixão desatina e cega, nem fazê-la morrer de um amor silencioso e tímido. Nada disso era, nem faria. Sua natureza exigia e amava essas flores do coração, mas não havia esperar que as fosse colher em sítios agrestes e nus, nem nos ramos do arbusto modesto plantado em frente de janela rústica. Ela queria-as belas e viçosas, mas em vaso de Sèvres, posto sobre móvel raro, entre duas janelas urbanas, flanqueado o dito vaso e as ditas flores pelas cortinas de cachemira, que deviam arrastar as pontas na alcatifa do chão (ASSIS, 1967, p. 267-8).

A cognição e a paixão em Guiomar hierarquizam-se harmonicamente em um objetivo comum: realizar os desejos que ela ambiciona. Entretanto, na lógica afetiva da personagem, Luís Alves, ao se promover a pretendente, preenche todas as qualificações requeridas? Guiomar avalia sua situação e conclui afirmativamente:

Podia dar-lhe Luís Alves este gênero de amor? Podia; ela sentiu que podia. As duas ambições tinham-se adivinhado desde que a intimidade as reuniu. O proceder de Luís Alves, sóbrio, direto, resoluto, sem desfalecimentos, nem demasias ociosas, fazia perceber à moça que ele nascera para vencer, e que a sua ambição tinha verdadeiramente asas, ao mesmo tempo, que as tinha ou parecia tê-las o coração. Demais, o primeiro passo do homem público estava dado; ele ia entrar em cheio na estrada que leva os fortes à glória. Em torno dele ia fazer-se aquela luz, que era a ambição da moça, a atmosfera, que ela almejava respirar. Estêvão dera-lhe a vida sentimental, — Jorge a vida vegetativa; em Luís Alves via ela combinadas as afeições domésticas com o ruído exterior (ASSIS, 1967, p. 268).

O trecho citado acima confirma, na narrativa, o reconhecimento mútuo de Luís Alves e Guiomar. Mais uma vez, pela via indireta do narrador onisciente, contrastam-se as éticas passivas de Estêvão e Jorge com a ética ativa afirmada por Luís Alves. Agora a comparação e o contraste das diferentes éticas apresentadas pelos três pretendentes permitem significar a escolha de Guiomar. Na lógica da narrativa, o casal Luís Alves e Guiomar atualiza, a dois, as racionalidades discursivas. Entre o reconhecimento e o enlace final resta somente um obstáculo: o interesse da baronesa em casar Guiomar com Jorge. Na conversa fatídica entre madrinha e afilhada, quando a baronesa pergunta qual é o escolhido de Guiomar, esta chega a pronunciar o nome de Jorge, mas a baronesa percebe o tom nada convicto da afilhada e consente, afinal, o seu casamento com Luís Alves:

Vê o leitor que a palavra esperada, a palavra que a moça sentia vir-lhe do coração aos lábios e querer rompê-los, não foi ela quem a proferiu, foi a madrinha; e se leu atento o que precede verá que era isso mesmo o que ela desejava. Mas por que o nome de Jorge lhe roçou os lábios? A moça não queria iludir a baronesa, mas traduzir-lhe infielmente a voz de seu coração, para que a madrinha conferisse, por si mesma, a tradução com

o original. Havia nisto um pouco de meio indireto, de tática, de afetação, estou quase a dizer de hipocrisia, se não tomassem à má parte o vocábulo. Havia, mas isto mesmo lhes dirá que esta Guiomar, sem perder as excelências de seu coração, era do barro comum de que Deus fez a nossa pouco sincera humanidade; e lhes dirá também que, apesar de seus verdes anos, ela compreendia já que as aparências de um sacrifício valem mais, muita vez, do que o próprio sacrifício (ASSIS, 1967, p. 286-7).

O convívio ético, como ironicamente observa o narrador, tem seus protocolos sociais. Em verdade, ainda aqui a atitude de Guiomar é, em sentido estrito, ética: ela pronuncia o nome que sabe ser do gosto da madrinha, traduzindo, na elocução, o sentido contrário. De tal eto, a mensagem total passada equivale inequivocamente a “caso com Jorge só para não magoá-la, já que a senhora vê tal enlace com gosto”, o que implicará da parte da baronesa, uma resposta ética à altura: tendo reconhecido o sacrifício da jovem para não decepcioná-la, a baronesa a poupa, certificando-se apenas se é esta mesma a vontade da afilhada. Após o enlace, a narrativa conclui-se conseqüentemente com a admissão mútua de reconhecimento pelo casal:

— Vi que você era homem resoluto, disse a moça a Luís Alves, que, assentado, a escutava.

— Resoluto e ambicioso, ampliou Luís Alves sorrindo; você deve ter percebido que sou uma e outra coisa.

— A ambição não é defeito.

— Pelo contrário, é virtude; eu sinto que a tenho, e que hei de fazê-la vingar. Não me fio só na mocidade e na força moral; fio-me também em você, que há de ser para mim uma força nova.

— Oh! sim! exclamou Guiomar.

E com um modo gracioso continuou:

— Mas que me dá você em paga? um lugar na câmara? uma pasta de ministro?

— O lustre do meu nome, respondeu ele.

Guiomar, que estava de pé defronte dele, com as mãos presas nas suas, deixou-se cair lentamente sobre os joelhos do marido, e as duas ambições trocaram o ósculo fraternal. Ajustavam-se ambas, como se aquela luva tivesse sido feita para aquela mão (ASSIS, 1967, p. 295).

A ética comum dos dois promove destarte uma união harmoniosa de “duas ambições” que se reconhecem, sendo a ambição entendida aqui como

uma virtude viabilizadora da ascensão social. Desta forma, a narrativa significa um valor pela oposição promovida de várias éticas. Se o empreendimento ético dos três pretendentes tinha um mesmo paradigma — a conquista de Guiomar, fim último alvejado, reconhecido como *bem* —, sua sintagmática — articulação dos meios que representam a *conduta* para obter seus fins — distingue com veemência Luís Alves dos demais. No funcionamento semiótico do texto, a ética de Luís Alves é um signo que se liga semanticamente a outro, a ética de Guiomar, por complementação. Com esta ligação, instaura-se um novo signo, de uma harmonia conjugal interpessoal e socialmente afirmada.

Considerações finais

Do que foi dito, algumas observações se impõem: a) o estudo da ética representada na ficção machadiana constitui um campo privilegiado de estudos interdisciplinares discursivos, semióticos e, evidentemente, literários; b) o confronto de éticas individuais viabilizadas pelos etos discursivos dos vários personagens da ficção machadiana constitui uma chave fértil de leitura; c) o confronto citado em b) pode ampliar-se, ainda, para o âmbito das trocas discursivas e suas particulares modalidades e aspectualidades; d) o estudo da ética machadiana fornece destarte elementos importantes para o estudo da construção discursiva do agir na personagem de ficção brasileira oitocentista. Por conseguinte, a leitura promovida neste artigo, modestamente feita a partir do texto machadiano, caracteriza-se como uma proposta aberta a ampliações posteriores, com o intuito de contribuir para a compreensão de nossa antropologia literária oitocentista, bem como dos modelos éticos representados na produção literária do período abordado.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Ressurreição. A mão e a luva*. 5.ed. Organização, introdução, revisão e notas de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1967.

BARRETO FILHO. *Introdução a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. pp.11-29.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

NÖTH, Winfried. *A Semiótica no século XX*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. Estudo crítico e biográfico. 4.ed. São Paulo: Graf. Ed. Brasileira, 1949.